

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.447.288 - SP (2019/0036083-3)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE LEME
PROCURADOR : FÁBIO APARECIDO DONISETI ALVES - SP224723
AGRAVADO : ARIIVALDO RODRIGUES
ADVOGADO : PEDRO CASSIANO BELLENTANI - SP135484

DECISÃO

O Município de Leme/SP apresenta agravo contra decisão que negou seguimento ao seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF/1988, com o objetivo de reformar acórdão assim ementado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fl. 125):

AGRAVO - OBRIGAÇÃO DE FAZER - Fornecimento de medicamentos de alto custo pelo Município de Leme O agravado é portador de hepatite, razão pela qual lhe foram prescritos os medicamentos denominados "Daclatasvir 60mg" e "Sofosbuvir 400mg" - Indeferimento do pedido veiculado pela Municipalidade, de chamamento ao processo da Fazenda Pública do Estado de São Paulo - Confirmação do decisum mediante decisão monocrática - Interposição do presente recurso - Exegese do Enunciado n.º 04 da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça e do artigo 557 do Código de Processo Civil A Municipalidade pode responder sozinha pelo cumprimento da obrigação de fornecer os medicamentos postulados, sem a participação da Fazenda Estadual - Confirmação da decisão agravada - Recurso não provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 138).

Em suas razões especiais, a recorrente sustenta, em síntese, violado o art. 1.022 do CPC/2015, pois a despeito da oposição dos embargos declaratórios, o Tribunal *a quo* deixou de apreciar os fundamentos apresentados no recurso interposto.

Argui, ainda, ofensa ao art. 130, III, do CPC/2015, sob o fundamento de que medicamento postulado é compreendido entre aqueles tidos como de alto custo, de responsabilidade do Estado e da União, razão pela qual é devido o chamamento ao processo dos responsáveis solidários.

Neste particular, argui divergência jurisprudencial entre o acórdão recorrido e diversos julgados.

Sem oferecimento de contrarrazões (fl. 157), o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial (fls. 158-159), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação

apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

O agravo de instrumento em questão tinha por objeto a decisão interlocutória que rejeitou pedido de chamamento ao processo da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, suscitada pelo recorrente.

Ocorre que a ação originária dele derivada (processo n. 1000183-48.2015.8.26.0318), já teve sentença de mérito, prolatada no dia 24.03.2017, pela juíza da 1ª Vara Cível de Leme/SP, julgando procedente o feito, nos termos do art. 487, I, do CPC/2015.

Dada a superveniência do julgamento da ação originária, não mais persiste a discussão acerca da decisão interlocutória.

Confira-se o entendimento jurisprudencial desta eg. Corte em situações análogas:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA PETIÇÃO.REQUERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO DE DECISÃO QUE, NA ORIGEM, INDEFERIRA A LIMINAR, EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO MONOCRÁTICA INDEFERINDO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA RECURSAL. INCOMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA EXAME DO PEDIDO. POSTERIOR JULGAMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA, COM DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. PERDA DO OBJETO DO RECURSO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. A agravante, com base no art. 288 do RISTJ c/c o art. 294 do CPC/2015, busca a concessão de tutela provisória de urgência, de natureza antecedente, em face do indeferimento de antecipação dos efeitos da tutela recursal, em Agravo de Instrumento interposto contra decisum indeferitório de liminar, que, por sua vez, fora proferido em Mandado de Segurança, por ela impetrado contra ato do Presidente da Comissão Geral de Licitação do Estado do Amazonas.

II. Nos termos dos arts. 299 e 1.029, § 5º, III, do CPC/2015 e 288 do RISTJ e das Súmulas 634 e 635/STF, tratando-se de decisão monocrática proferida em Agravo de Instrumento interposto contra o indeferimento de decisão liminar, em Mandado de Segurança, ainda não examinado, no mérito, pelo órgão colegiado do Tribunal do origem, manifesta a incompetência do STJ para apreciar a presente Tutela Provisória de Urgência.

III. Ainda que assim não fosse, conforme informado pelas partes, após a formulação do presente pedido, o Mandado de Segurança, impetrado pela agravante, foi julgado extinto, sem exame do mérito. Interposta Apelação, foi ela parcialmente provida, para, afastando a preliminar acolhida na sentença, denegar a ordem. Desta forma, prejudicado, por perda do objeto, o exame do pedido formulado pela agravante.

IV. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "na específica hipótese de deferimento ou indeferimento da antecipação de tutela, a prolação de sentença meritória implica a perda de objeto do agravo

de instrumento por ausência superveniente de interesse recursal, uma vez que: a) a sentença de procedência do pedido - que substitui a decisão deferitória da tutela de urgência - torna-se plenamente eficaz ante o recebimento da apelação tão somente no efeito devolutivo, permitindo desde logo a execução provisória do julgado (art. 520, VII, do Código de Processo Civil); b) a sentença de improcedência do pedido tem o condão de revogar a decisão concessiva da antecipação, ante a existência de evidente antinomia entre elas" (STJ, EAREsp 488.188/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, DJe de 19/11/2015). Nesse sentido: STJ, REsp 857.058/PR, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/09/2006; REsp 1.383.406/ES, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/11/2017.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt na Pet 11.504/AM, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO RÉU/AGRAVANTE.

1. "Consoante o entendimento pacífico da jurisprudência desta Corte Superior, a superveniência de sentença de mérito no feito principal enseja a perda de objeto do recurso especial resultante de agravo de instrumento interposto contra decisão concessiva ou denegatória de liminar ou antecipação de tutela, tendo em vista que a sentença absorve os efeitos do provimento liminar, por se tratar de juízo de cognição exauriente." (cf. AgInt nos EDcl no REsp 1651 652/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 01/06/2017) 2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 922.790/BA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 17/11/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XI, julgo prejudicado o presente recurso especial, em razão da perda de seu objeto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator